

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Silasneiton Gonçalves**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdcddh@mpms.mp.br](mailto:caopjdcddh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 2827/2018-PGJ, DE 16.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar a Procuradora de Justiça Jaceguara Dantas da Silva a participar do Seminário “Elas por Elas”, que será realizado no dia 20.8.2018, na Sala de Sessões da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, em Brasília/DF.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2833/2018-PGJ, DE 17.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Procuradora de Justiça Mara Cristiane Crisóstomo Bravo 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídos a partir de 29.8.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 019/2009-PGJ, de 4.11.2009, alterada pela Resolução nº 020/2015-PGJ, de 25.6.2015

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2816/2018-PGJ, DE 15.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 25º Promotor de Justiça de Campo Grande, Antonio André David Medeiros, para representar o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul na cerimônia de entrega do “Prêmio CNMP – 2018”, a ocorrer no dia 13.9.2018, às 8h30min, no Instituto Serzedello Corrêa (ISC), em Brasília/DF.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2823/2018-PGJ, DE 16.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Incluir na Portaria nº 2652/2018-PGJ, de 2.8.2018, que designou Promotores de Justiça para, sem prejuízo de suas funções, participarem do Mutirão Carcerário, a seguinte Promotora de Justiça:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PERÍODO
Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada	3ª Promotoria de Justiça de Naviraí	20.8 a 6.9.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2825/2018-PGJ, DE 16.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça de Água Clara, **Felipe Almeida Marques**, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça da comarca de Terenos, no período de 27.8 a 4.9.2018, em razão de licença do titular, Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2826/2018-PGJ, DE 16.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Suspender, por necessidade de serviço, nos dias 28 e 29.8.2018, as férias do Promotor de Justiça Douglas Oldegaro Cavalheiro dos Santos, concedidas por meio da Portaria nº 2076/2018-PGJ, de 18.6.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2832/2018-PGJ, DE 17.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Daniele Borghetti Zampieri de Oliviera 2 (dois) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2014/2015, a serem usufruídos no período de 23 a 24.8.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2834/2018-PGJ, DE 17.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 65º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fernando Jorge Manvailer Esgaib, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara do Juizado Especial Central da referida Comarca, nos dias 21 e 23.8.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2839/2018-PGJ, DE 20.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

Alterar a Portaria nº 2592/2018-PGJ, de 30.7.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande, referente ao mês de agosto de 2018, de forma que, onde consta:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PLANTÃO CÍVEL (Telefone: 98478-2431)
20 (18h01min) a 27.8.2018 (7h59min)	Aline Mendes Franco Lopes
27.8 (18h01min) a 3.9.2018 (7h59min)	Adriano Lobo Viana de Resende

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PLANTÃO CÍVEL (Telefone: 98478-2431)
20 (18h01min) a 27.8.2018 (7h59min)	Adriano Lobo Viana de Resende
27.8 (18h01min) a 3.9.2018 (7h59min)	Aline Mendes Franco Lopes

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 2837/2018-PGJ, DE 20.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar as servidoras Simeia Fernanda da Silva Taveira, Adriana Lima Gonçalves Cheris e Carla Maria Bagordakis, ocupantes do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, área de atividade Administrativa, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Processante para apurar, no prazo de 60 (sessenta) dias, os fatos constantes no Processo PGJ/10/2557/2018, e tornar sem efeito a Portaria nº 2802/2018-PGJ, de 14.8.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 2782/2018-PGJ, DE 13.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder aos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual abaixo nominados o pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço, nos termos do artigo 33, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como do artigo 1º, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 6º, da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4.4.2012.

SERVIDOR(A)	QUINQUÊNIO	A PARTIR DE
Felinto Paes de Barros Neto	2º	2.7.2018
Kathelleen Taira de Medeiros	2º	21.8.2017
Priscilla Nobrega Coelho	2º	15.7.2018

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 2812/2018-PGJ, DE 15.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Ivo Oliveira da Silva, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 12 a 19.8.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 2813/2018-PGJ, DE 15.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Juliana de Oliveira Ayala, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, a partir de 8.8.2018, nos termos do inciso III do artigo 130, e do artigo 147, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.599, de 26 de dezembro de 2002, e § 2º do artigo 37 do Decreto Estadual nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e alínea “g” do inciso I do artigo 11, artigo 71 e §§ 1º e 2º do artigo 72, todos da Lei Federal nº 8.213/91, e, ainda, o artigo 93, §§ 3º e 4º do artigo 94, artigos 95 e 96, todos do Decreto Federal nº 3.048, de 6.5.1999; e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, após o término da licença acima referida, nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º, todos da Resolução nº 001/2009-PGJ, de 14 de janeiro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 2817/2018-PGJ, DE 16.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Marco Aurelio de Sá Baptista, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Contabilidade, símbolo MPDS-104, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Finanças e Planejamento, no período de 20 a 22.8.2018, em razão de viagem a trabalho da titular, Elisa Mari Kihara Zaha.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 2818/2018-PGJ, DE 16.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Fernanda Tabarin Vieira Okamoto, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Execução Orçamentária, no período de 13 a 15.8.2018, em razão de licença para tratamento de saúde da titular, Soraya Shigueko Nakasato.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA N° 2814/2018-PGJ, DE 15.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas e suas modificações, nos termos do artigo 9º, § 1º, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA N° 1800/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fernando da Silva Dellamura	2016/2017	15 a 24.2.2018	13 a 22.8.2018		17 a 26.7.2017

PORTARIA N° 2233/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fernanda da Silveira Corrêa	2016/2017	15 a 24.10.2018	7 a 16.3.2019		20 a 29.7.2017

PORTARIA N° 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Andreia Daiane Vargas	2016/2017	22.8 a 10.9.2018			2 a 11.4.2018
Bruno Zanatto Macedo	2016/2017	8 a 17.1.2018	10 a 29.9.2018		
Camila Mara Machado	2015/2016	28.8 a 6.9.2018	5 a 14.11.2018		15 a 24.5.2018
Jokasta dos Santos Lopes	2016/2017	24.1 a 2.2.2018	22 a 31.8.2018		8 a 17.1.2018
Léa Catarina Iunes Garcia	2017/2018	7 a 16.5.2018	15 a 24.10.2018		13 a 22.3.2018
Pablo Ferelli de Souza	2017/2018	2 a 21.5.2018	19 a 28.11.2018		
Sérgio Frederico Pott Junior	2017/2018	27.6 a 6.7.2018	1º a 10.10.2018		4 a 13.6.2018

PORTARIA N° 119/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Bruna Berto de Castro	2017/2018	10 a 19.9.2018	21 a 30.11.2018		19 a 28.2.2018

Passe a constar:

PORTARIA N° 1800/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fernando da Silva Dellamura	2016/2017	15 a 24.2.2018	20.2 a 1º.3.2019		17 a 26.7.2017

PORTARIA N° 2233/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fernanda da Silveira Corrêa	2016/2017	3 a 12.9.2018	7 a 16.3.2019		20 a 29.7.2017

PORTARIA N° 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Andreia Daiane Vargas	2016/2017	20.8 a 8.9.2018			2 a 11.4.2018
Bruno Zanatto Macedo	2016/2017	8 a 17.1.2018	1º a 10.10.2018	5 a 14.11.2018	

Camila Mara Machado	2015/2016	19.11 a 8.12.2018			15 a 24.5.2018
Jokasta dos Santos Lopes	2016/2017	24.1 a 2.2.2018	15 a 24.10.2018		8 a 17.1.2018
Léa Catarina Iunes Garcia	2017/2018	7 a 16.5.2018	20 a 29.8.2018		13 a 22.3.2018
Pablo Ferelli de Souza	2017/2018	2 a 21.5.2018			1º a 10.10.2018
Sérgio Frederico Pott Junior	2017/2018	27.6 a 6.7.2018	10 a 19.9.2018		4 a 13.6.2018

PORTARIA Nº 119/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Bruna Berto de Castro	2017/2018	10 a 19.9.2018	14 a 23.1.2019		19 a 28.2.2018

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

#### PORTARIA Nº 2818/2018-PGJ, DE 16.8.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

##### R E S O L V E :

Designar a servidora Fernanda Tabarin Vieira Okamoto, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Execução Orçamentária, no período de 13 a 15.8.2018, em razão de licença para tratamento de saúde da titular, Soraya Shigueko Nakasato.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

#### PORTARIA Nº 2819/2018-PGJ, DE 16.8.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

##### R E S O L V E :

Designar o servidor Wilson Flores Velasques, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Pagamento, no período de 20.8 a 8.9.2018, em razão de férias da titular, Andreia Daiane Vargas.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

#### PORTARIA Nº 2821/2018-PGJ, DE 16.8.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

##### R E S O L V E :

Conceder férias remanescentes à servidora Roberta de Souza Salgado, referentes ao período aquisitivo 2014/2015, a serem usufruídas no período de 3 a 6.9.2018, nos termos dos artigos 1º, 4º e 17 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26.10.2000.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 2822/2018-PGJ, DE 16.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Elizandra Valladão Delfino de Aguiar, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, jornada especial de trabalho, a ser cumprida das 7h às 11h, a partir de 10.8.2018, pelo prazo de um ano, nos termos dos artigos 1º, 2º e 3º da Lei Estadual nº 1.134, de 26.3.1991 (Processo PGJ/10/1669/2013).

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 2824/2018-PGJ, DE 16.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Fernanda da Silveira Corrêa, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 14 a 28.8.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 2840/2018-PGJ, DE 20.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Helena Rocha Rodovalho, Chefe do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Recursos Humanos, no período de 20 a 22.8.2018, em razão de viagem do titular, Fabiano Alves Davy.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 2844/2018-PGJ, DE 20.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, na parte em que se concedeu férias à servidora Marielli Barbato Meneghelli, que seriam usufruídas no período de 10 a 19.12.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça



**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000088 DE 15.08.2018 DO PROCESSO PGJ/10/2936/2018.**

Credor: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – EPP.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 – Ata Registro de Preços nº 4/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 9.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI09B2IA HVFE09B2IA (lote 1 – item 1.1); aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 12.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI12B2IA HVFE12B2IA (lote 2 – item 2.1); aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 18.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI18B2IA HVFE18B2IA (lote 3 – item 3.1); aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 24.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI24B2IA HVFE24B2IA (lote 4 – item 4.1); aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 30.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A, B ou C. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN ECOLOGIC HLF30B2FA/HLFE30B2NA (lote 6 – item 6.1).

Valor: R\$ 54.765,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000088 de 15.08.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000089 DE 15.08.2018 DO PROCESSO PGJ/10/2936/2018.**

Credor: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – EPP.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 – Ata Registro de Preços nº 4/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 9.000 BTU's (lote 1 – item 1.2); serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 9.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS (lote 1 – item 1.3); tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 12.000 BTU's (lote 2 – item 2.2); serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 12.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS (lote 2 – item 2.3); tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 18.000 BTU's (lote 3 – item 3.2); serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 18.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS (lote 3 – item 3.3); tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 24.000 BTU's (lote 4 – item 4.2); serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 24.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS (lote 4 – item 4.3); tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 30.000 BTU's (lote 6 – item 6.2); serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 30.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS (lote 6 – item 6.3);

Valor: R\$ 31.600,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000089 de 15.08.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000090 DE 15.08.2018 DO PROCESSO PGJ/10/2969/2018.**

Credor: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – EPP.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 – Ata Registro de Preços nº 4/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 9.000 BTU's (lote 1 – item 1.2); serviços de instalação de condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 9.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado (lote 1 – item 1.4); tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 12.000 BTU's (lote 2 – item 2.2); serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 12.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado (lote 2 – item 2.4).

Valor: R\$ 900,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000090 de 15.08.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000091 DE 15.08.2018 DO PROCESSO PGJ/10/2969/2018.**

Credor: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – EPP.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 – Ata Registro de Preços nº 4/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 9.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI09B2IA HVFE09B2IA (lote 1 – item 1.1); aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 12.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI12B2IA HVFE12B2IA (lote 2 – item 2.1);

Valor: R\$ 3.055,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000091 de 15.08.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000092 DE 15.08.2018 DO PROCESSO PGJ/10/2967/2018.**

Credor: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 – Ata Registro de Preços nº 4/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de aparelho condicionador de ar, tipo bi split hi-wall inverter, composto por três unidades distintas, 1 condensadora (externa) e 2 evaporadoras (internas); ciclo frio ou reverso; capacidade total: 24.000 BTU/h (2 x 12.000 BTU's); comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: SPRINGER MIDEA BI-SPLIT INVERTER 24.000 BTUS- 220V – FRIO (lote 5 – item 5.1);

Valor: R\$ 39.150,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000092 de 15.08.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000093 DE 15.08.2018 DO PROCESSO PGJ/10/2967/2018.**

Credor: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 – Ata Registro de Preços nº 4/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo bi split 24.000 BTU's (2 x 12.000) - (lote 5 – item 5.2); serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo bi split, função refrigeração, com capacidade de 24.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS (lote 5 – item 5.3).

Valor: R\$ 31.420,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000093 de 15.08.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000094 DE 15.08.2018 DO PROCESSO PGJ/10/2967/2018.**

Credor: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 – Ata Registro de Preços nº 4/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 14 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Marca/modelo: ELGIN MINI ORANGE (lote 12 – item 12.1).

Valor: R\$ 14.364,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000094 de 15.08.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE003928 DE 16.08.2018 DO PROCESSO PGJ/10/3006/2018.**

Credor: EFICAZ LOGISTICA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTAVEIS EIRELI -ME.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 02/PGJ/2018-SRP – Ata Registro de Preços nº 02/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de café torrado e moído, aspecto de pó fino, embalado a vácuo, embalagem com 500g, especificação dos ingredientes e informações do fabricante, validade mínima de 6 (seis) meses. Marca: Caboclo Tradicional (item 3).

Valor: R\$ 17.080,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE003928 de 16.08.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE003929 DE 16.08.2018 DO PROCESSO PGJ/10/3007/2018.**

Credor: YOUSSEF AMIM YOUSSEF.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 02/PGJ/2018-SRP – Ata Registro de Preços nº 02/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de chá mate tostado, feito de erva-mate (*ilex-paraguariensis*), isento de matéria terrosa, fungos ou parasitas, livre de umidade e de fragmentos estranhos, acondicionado em embalagem com peso líquido de, no mínimo, 200g. Especificação dos ingredientes e informações do fabricante estampados na embalagem, indústria brasileira, validade mínima de 6 (seis) meses. Marca: Santo Antônio (item 4).

Valor: R\$ 5.860,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE003929 de 16.08.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE003933 DE 16.08.2018 DO PROCESSO PGJ/10/3000/2018.**

Credor: COM GRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 39/PGJ/2017 – Ata Registro de Preços nº 12/PGJ/2017.

Objeto: Aquisição de serviço de impressão de panfletos, tamanho A5, papel offset de 90g/m², impressão em policromia (4x0 cores). Pedido mínimo: 100 (cem) unidades (item 07).

Valor: R\$ 280,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE003933 de 16.08.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 79/PGJ/2017.**

Contrato nº ENERGISA/CGCP/CCER/1886-Adequação 714

Processo PGJ/10/2525/2017.

Partes:

1 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, Paulo Cezar dos Passos.

2 – ENERGISA MATO GROSSO DO SUL – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., representada por Ercilio Diniz Flores e Héber Henrique Selvo do Nascimento.

Amparo Legal: Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual por 12 (doze) meses.

Vigência: 17.08.2018 a 17.08.2019.

Data de assinatura: 24 de julho de 2018.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 83/PGJ/2017.**

Contrato nº ENERGISA/CGCP/CUSD/1410-Adequação 714

Processo PGJ/10/2528/2017.

Partes:

1 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, Paulo Cezar dos Passos.

2 – ENERGISA MATO GROSSO DO SUL – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., representada por Ercilio Diniz Flores e Héber Henrique Selvo do Nascimento.

Amparo Legal: Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual por 12 (doze) meses.

Vigência: 07.09.2018 a 07.09.2019.

Data de assinatura: 24 de julho de 2018.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 48/PGJ/2018.**

Processo: PGJ/10/1836/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Fundo Especial de Apoio de Desenvolvimento do Ministério Público, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, Helton Fonseca Bernardes.

2- DELTACHIP COMERCIAL LTDA EPP representada neste ato por Esmelinda Servian Rosendo.

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial nº 23/PGJ/2018.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 (e suas alterações).

Objeto: Fornecimento de licença perpétua de software para processamento de imagens PIX4DMAPPER, plataforma Windows, com garantia de suporte e atualização pelo período de, no mínimo, 12 (doze) meses, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor total do contrato: R\$24.900,00 (vinte e quatro mil e novecentos reais), conforme Nota de Empenho nº 2018NE000064, de 19.07.2018.

Vigência: 13.08.2018 a 13.08.2019.

Data de assinatura: 13 de agosto de 2018.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CORUMBÁ****EDITAL 0071/2018/05PJ/CBA**

Autos de Inquérito Civil nº 06.2018.00002346-3

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2018.00002346-3, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Wanderley Pereira

Requeridos: Município de Corumbá/MS

Assunto: Apurar eventual omissão do Município de Corumbá na manutenção do imóvel em que funciona o Eco Parque Cacimba da Saúde, localizado no Bairro Cervejaria, devido ao péssimo estado de conservação e depredação do prédio.

Corumbá/MS, 14 de agosto de 2018.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

**EDITAL 0072/2018/05PJ/CBA**

Autos de Inquérito Civil nº 06.2017.00002134-0

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2017.00002134-0, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Hilson Roca Siles

Assunto: Apurar possíveis irregularidades funcionais praticadas pelo senhor Hilson Roca Siles no exercício do cargo de policial civil.

Corumbá/MS, 14 de agosto de 2018.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

---

**DOURADOS**

---

**EDITAL Nº 0019/2018/16PJ/DOS**

A 16ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002412-9 que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002412-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alceu Soares Aguiar e outros, a apurar.

Assunto: Apurar notícia indicativa da existência de irregularidades na execução do Termo de Cooperação Mútua firmado entre AGEPEN/MS e o Cartório do 1º Ofício de Notas e Registros de Imóveis de Dourados/MS.

Dourados, 20 de agosto de 2018.

RICARDO ROTUNNO

Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**AMAMBAI**

---

**EDITAL Nº 0050/2018/02PJ/AMB**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil: 06.2018.00002453-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Amambai

Objeto: Implementação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, para captação, triagem, destinação e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados no município de Amambai.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu migração do Inquérito Civil físico n. 21/2015/2ªPJAmb para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Amambai (MS), 17 de agosto de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0051/2018/02PJ/AMB**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil: 06.2018.00002470-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Objeto: Apurar notícia de eventual violação de direitos constitucionais da criança, e a prática de omissão estatal em desfavor de infantes.

Portaria de Migração: Trata se de Portaria que promoveu migração do Inquérito Civil físico n. 12/2014/2ªPJ Amb para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Amambai (MS), 17 de agosto de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0052/2018/02PJ/AMB**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil: 06.2018.00002496-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Objeto: Apurar notícia de eventual violação de direitos constitucionais da criança e do adolescente, por inobservância das regras básicas de funcionamento para estabelecimento de hospedagem, em Coronel Sapucaia/MS

Portaria de Migração: Trata se de Portaria que promoveu migração do Inquérito Civil físico n. 04/2016/2ªPJ Amb para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Amambai (MS), 17 de agosto de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

---

**COXIM**

---

**EDITAL Nº 0118/2018/01PJ/CXM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil 06.2018.00001360-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador.

Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001360-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fundação Estatal de Saúde do Pantanal e Município de Coxim

Assunto: "Apurar se houve desvio de finalidade (motivação política) na exoneração do odontólogo Vitor H. P. Rodrigues, cirurgião buco-maxilo-facial, do Hospital Regional de Coxim, administrado pela Fundação Estatal de Saúde do Pantanal – FESP."

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 010/2017 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Coxim/MS, 17 de agosto de 2018.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

---

**IGUATEMI**

---

**AUTOS Nº MP 06.2018.00000056-0****INQUÉRITO CIVIL****REGULAMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Assunto: Debate sobre os critérios das matrículas de novos alunos na educação infantil de Iguatemi-MS e fixação de regras para caracterização do abandono da vaga.

Data: 13 de setembro de 2018; Horário: 19h00min; Local: Plenário da Câmara de Vereadores de Iguatemi – Avenida Jardelino José Moreira, 1204, centro, conforme previsto no artigo 27, inciso IV, da Lei n.º 8.625/1993; no artigo 1º da Resolução n.º 82/2012/CNMP; no artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 72/1994; e no artigo 46 da Resolução n.º 15/2007-PGJ, resolve realizar Audiência Pública, nos termos seguintes:

**TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - A Audiência Pública será realizada com a finalidade de obter dados, subsídios, informações, relatos, sugestões, críticas ou propostas concernentes a fixação de critérios de prioridade para matrícula de novos alunos na educação infantil de Iguatemi e regulamentação do abandono das vagas concedidas, bem como formar a convicção deste Promotor de Justiça no âmbito do Inquérito Civil instaurado;

Art. 2º - Caberá ao Promotor de Justiça de Iguatemi a condução dos debates, nos termos definidos neste regimento. Parágrafo único - São prerrogativas do Presidente da sessão: a) Designar um ou mais secretários que a assistam; b) Realizar uma apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da audiência, ordenando o curso dos debates; c) Decidir sobre a pertinência das intervenções orais; d) Decidir sobre a pertinência das questões formuladas; e) Dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da sessão, bem como sua reabertura ou continuação, quando repute conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante; f) Prorrogar o tempo das participações, quando considere necessário ou útil; g) limitar o número de inscritos para participação do debate.

**TÍTULO II DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA****CAPÍTULO I DA INSCRIÇÃO**

Art. 3º - Para participar dos debates, poderá ser feita prévia inscrição pessoalmente no endereço da Promotoria de Justiça de Iguatemi, sito à Avenida Waloszek Konrad, 1276, Iguatemi/MS, por meio do endereço eletrônico: [pjiguatemi@mpms.mp.br](mailto:pjiguatemi@mpms.mp.br), ou antes do início da realização da audiência pública com o Secretário-Geral ou com pessoa indicada por este.

§ 1º. A ordem de inscrição determinará a sequência dos questionadores;

§ 2º O número de inscritos para o debate será limitado a 20 (vinte) pessoas, podendo ser aumentado, a critério da Presidência.

Art. 4º - O(s) a(s) expositores(as) convidado fará(ão) uso da palavra por até 30 (trinta) minutos e os questionamentos aos expositores terão o prazo máximo de duração de 3 (três) minutos, podendo ser aumentado ou diminuído, de acordo com o Presidente:

§ 1º. Para as considerações iniciais poderão fazer o uso da palavra na respectiva ordem: a) O Promotor de Justiça de Iguatemi, que fará a apresentação do edital e explicações iniciais sobre as medidas adotadas; b) A Prefeita Municipal e o Presidente da Câmara Municipal falarão cada um por até 5 minutos; c) Secretária Municipal de Educação e Diretores(as) dos centros de educação infantil, no prazo máximo de 5 minutos; d) Demais representantes de entidades e órgãos cadastrados por até 5 minutos;

§ 2º. Após as considerações iniciais realizadas pelos convidados à Audiência Pública, o Presidente, abrirá aos debates, que serão realizados seguindo os critérios: a) o pedido de inscrição para fazer uso da prerrogativa de participação nos debates deverá ser feito à Secretaria-Geral antes do início da Audiência, sendo concedido no máximo 05 minutos para considerações e 02 minutos para a realização de perguntas aos convidados; b) as perguntas deverão ser formuladas de forma clara e objetiva, sendo permitida, porém, prévia consideração sobre o assunto a ser questionado desde que não



ultrapasse o tempo limite concedido; c) ao convidado questionado será concedido o tempo máximo de 05 minutos para a resposta, devendo esta ser clara e objetiva sobre o questionamento que lhe foi realizado.

§3º Ao final dos debates o Presidente da Audiência concederá a palavra aos convidados que terão o prazo máximo de 03 minutos para suas considerações finais;

§4º É facultado ao representante do Ministério Público Estadual convidar especialistas, pesquisadores, técnicos, associações com atuação no âmbito do objeto da audiência, representações profissionais ou sindicais, assim como empresas ou usuários, observada a pertinência temática, para comparecerem à audiência;

§ 5º Os casos omissos serão resolvidos no ato pela Presidência, constando da Ata.

## CAPÍTULO II DO PROCEDIMENTO:

Art. 5º - A sessão terá acesso livre a qualquer pessoa, respeitados os limites impostos pelas instalações físicas do local de realização da Audiência Pública.

Art. 6º - A Audiência Pública será realizada no dia 13 de setembro de 2018, a partir das 19h00min, no Plenário da Câmara de Vereadores, localizada na Avenida Jardelino José Moreira, 1204, centro, em Iguatemi.

Art. 7º - A Audiência Pública será realizada na forma de exposição e debates orais e, conforme disciplinada neste regimento, sendo facultada a apresentação de documentos escritos e assinados no transcorrer desta.

Art. 8º - A audiência será presidida pelo Promotor de Justiça de Iguatemi, o qual irá abrir a Audiência Pública e, após leitura do objeto da sessão, concederá a palavra aos expositores na ordem prevista no §1º do artigo 4º, com posterior discussão com os interessados presentes, nos termos do § 2º e §3º do artigo 4º;

Art. 9º - Podem participar da Audiência Pública como debatedores quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que possuam interesse geral na questão objeto da audiência ou que, pela experiência profissional e/ou acadêmica, possam contribuir para o esclarecimento do objeto da sessão, mediante convite prévio a ser realizado pela presidência da Audiência Pública.

§ 1º. As manifestações versarão, obrigatoriamente, sobre assuntos que digam respeito ao objeto da audiência, podendo o presidente advertir o participante quando fizer uso da palavra sobre assunto em desconformidade com a presente disposição e cassar a palavra, na hipótese de insistência em desviar-se dos objetivos da Audiência Pública;

§ 2º. Não será permitido o uso indevido da palavra para ataque pessoal, incontinência verbal ou manifestação de cunho político/partidário;

Art. 10º - Será emitida declaração de comparecimento pela Promotoria de Justiça ao final da Audiência Pública para os participantes que solicitarem até o início da sessão.

Art. 11º - Concluídas as exposições e as intervenções, o Presidente dará por encerrada a Audiência Pública, fazendo leitura resumida dos pontos principais da sessão, sendo que a ata será lavrada e enviada posteriormente no e-mail cadastrado dos participantes em até dez dias após a realização do evento.

§ 1º. Serão anexados à ata todos os documentos que forem entregues à Presidente dos trabalhos durante o trâmite da Audiência Pública;

§ 2º. A ata será subscrita, no mínimo, pelo Presidente da Sessão, pelo Secretário-Geral na Audiência Pública e por 5 pessoas presentes, representando os demais;

Art. 12º - Ao final dos trabalhos, o representante do Ministério Público efetivará:

I - Lavratura de Ata Circunstanciada, no prazo de 10 (dez) dias, a contar de sua realização, em atendimento ao previsto no Artigo 49 da Resolução nº 15/2007-PGJ;

II - Encaminhamento da Ata da Audiência e seu extrato ao Procurador-Geral de Justiça para ciência, conforme dispõe a Resolução supracitada;

III - No caso de surgimento de matérias afetas à atribuição de outra Promotoria de Justiça, encaminhamento das conclusões e respectivos documentos ao Promotor de Justiça com atribuição na área.

## CAPÍTULO III DA PUBLICIDADE:

Art. 13º - A Audiência Pública será ampla e previamente divulgada pelos meios de comunicação e o extrato do

edital publicado no DOMP – Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único – Será solicitada à Assessoria de Comunicação do Ministério Público Estadual, a divulgação da Audiência Pública no site da instituição com o fim de dar a publicidade devida.

Iguatemi, 17 de agosto de 2018.

THIAGO BARBOSA DA SILVA,  
Promotor de Justiça.

---

#### IVINHEMA

---

##### **EDITAL Nº 0009/2018/01PJ/IVH**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2018.00002491-8, mediante conversão da Notícia de Fato n.º 01.2018.00004111-7, que está à disposição de quem possa interessar na Praça dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79.740-000, fone (67) 3442-1590.

Inquérito Civil Nº 06.2018.00002491-8.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - AGESUL.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na obra para recuperação de trecho da Rodovia MS-475, km 16,5, via de acesso do Município de Novo Horizonte do Sul à Rodovia MS-141.

Ivinhema/MS 17 de agosto de 2018

DANIEL DO NASCIMENTO BRITTO  
Promotor de Justiça

---

#### MUNDO NOVO

---

##### **EDITAL N.º 0017/2018/01PJ/MUV**

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Mundo Novo/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n.º 06.2018.00002474-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo n.º 760, Bairro Berneck, Edifício das Promotorias de Justiça de Mundo Novo/MS.

Procedimento Preparatório N.º 06.2018.00002474-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município Mundo Novo.

Assunto: Apurar a possível contratação temporária de pessoal pelo Município de Mundo Novo-MS, em inobservância ao previsto na Constituição Federal e na Constituição Estadual..

Mundo Novo/MS, 20 de agosto de 2018.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA  
Promotora de Justiça

---

**NOVA ALVORADA DO SUL**

---

**EDITAL Nº 0001/2018/PJ/NAAD**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Nova Alvorada do Sul-MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001286-6

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Patrese Marengo Rios

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de Assessor de Comunicação da Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul-MS.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça, situada na Rua Marcelino Risen, 1040, Centro, nesta cidade.

Nova Alvorada do Sul/MS, 14 de agosto de 2018.

**MAURÍCIO MECELIS CABRAL**

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0002/2018/PJ/NAAD**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Nova Alvorada do Sul-MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001482-0

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual malversação de recursos públicos oriundos da Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul, destinados ao pagamento de serviços de publicidade.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça, situada na Rua Marcelino Risen, 1040, Centro, nesta cidade.

Nova Alvorada do Sul/MS, 14 de agosto de 2018.

**MAURÍCIO MECELIS CABRAL**

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0003/2018/PJ/NAAD**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Nova Alvorada do Sul-MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001483-1

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Requerido: A Apurar.

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de serviço de construção/restauração da calçada do prédio da Câmara Municipal de Nova Alvorada do Sul.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça, situada na Rua Marcelino Risen, 1040, Centro, nesta cidade.

Nova Alvorada do Sul/MS, 14 de agosto de 2018.

**MAURÍCIO MECELIS CABRAL**

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0004/2018/PJ/NAAD**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Nova Alvorada do Sul-MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001484-2

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Requerido: A Apurar.

Assunto: Apurar eventual falta de controle de frequência dos servidores da Câmara Legislativa Municipal.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça, situada na Rua Marcelino Risdén, 1040, Centro, nesta cidade.

Nova Alvorada do Sul/MS, 14 de agosto de 2018.

MAURÍCIO MECELIS CABRAL

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0005/2018/PJ/NAAD**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Nova Alvorada do Sul-MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

Inquérito Civil nº 06.2018.00002437-3

Requerente: Francelino Ruiz Machado

Requerido: Marcelo Lino

Assunto: Apurar eventual malversação de recursos públicos por meio da apropriação indevida de recurso financeiro pertencente ao erário municipal.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça, situada na Rua Marcelino Risdén, 1040, Centro, nesta cidade.

Nova Alvorada do Sul/MS, 14 de agosto de 2018.

MAURÍCIO MECELIS CABRAL

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0006/2018/PJ/NAAD**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Nova Alvorada do Sul-MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

Inquérito Civil nº 06.2017.00002303-7

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Requerido: A Apurar.

Assunto: Apurar eventual irregularidade em procedimento licitatório para contratação de serviços de comunicação telemática no âmbito do Município de Nova Alvorada do Sul-MS.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça, situada na Rua Marcelino Risdén, 1040, Centro.

Nova Alvorada do Sul/MS, 14 de agosto de 2018.

MAURÍCIO MECELIS CABRAL

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0007/2018/PJ/NAAD**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Nova Alvorada do Sul-MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

Inquérito Civil nº 06.2017.00001648-0

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Juvenal Assunção Neto.

Assunto: Apurar eventual ofensa ao princípio da impessoalidade por parte do ex-prefeito municipal, consistente na utilização de site da prefeitura para divulgação de informações contra adversário político.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça, situada na Rua Marcelino Risen, 1040, Centro, nesta cidade.

Nova Alvorada do Sul/MS, 14 de agosto de 2018.

**MAURÍCIO MECELIS CABRAL**

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0008/2018/PJ/NAAD**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Nova Alvorada do Sul-MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

Inquérito Civil nº 06.2017.00001487-1

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Câmara Municipal de Nova Alvorada do Sul-MS.

Assunto: Apurar eventual irregularidade no processo licitatório Tomada de Preço nº 001/2017.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça, situada na Rua Marcelino Risen, 1040, Centro, nesta cidade.

Nova Alvorada do Sul/MS, 14 de agosto de 2018.

**MAURÍCIO MECELIS CABRAL**

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0009/2018/PJ/NAAD**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Nova Alvorada do Sul-MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

Inquérito Civil nº 06.2017.00002250-5

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Requerido: A Apurar.

Assunto: Apurar eventual superfaturamento e defeito na execução de obra de recapeamento em vias urbanas do Município de Nova Alvorada do Sul-MS.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça, situada na Rua Marcelino Risen, 1040, Centro, nesta cidade.

Nova Alvorada do Sul/MS, 14 de agosto de 2018.

**MAURÍCIO MECELIS CABRAL**

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0010/2018/PJ/NAAD**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Nova Alvorada do Sul-MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

Inquérito Civil nº 06.2017.00001613-6

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Requerido: A Apurar.

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de empresas prestadoras de serviços médicos, de enfermagem e hospitalares por parte do Município de Nova Alvorada do Sul-MS.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça, situada na Rua Marcelino Risen, 1040, Centro, nesta cidade.

Nova Alvorada do Sul/MS, 14 de agosto de 2018.

MAURÍCIO MECELIS CABRAL

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0011/2018/PJ/NAAD**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Nova Alvorada do Sul-MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

Inquérito Civil nº 06.2017.00002253-8

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Requerido: A Apurar.

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação direta de escritório de advocacia por parte da Câmara Municipal de Nova Alvorada do Sul-MS.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça, situada na Rua Marcelino Risen, 1040, Centro, nesta cidade.

Nova Alvorada do Sul/MS, 14 de agosto de 2018.

MAURÍCIO MECELIS CABRAL

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0012/2018/PJ/NAAD**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Nova Alvorada do Sul-MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

Inquérito Civil nº 06.2017.00002251-6

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Requerido: A Apurar.

Assunto: Apurar eventual descumprimento de condições impostas para doação de área pública integrante do programa de incentivo municipal de Nova Alvorada do Sul – PRODEIS.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça, situada na Rua Marcelino Risen, 1040, Centro, nesta cidade.

Nova Alvorada do Sul/MS, 14 de agosto de 2018.

MAURÍCIO MECELIS CABRAL

Promotor de Justiça

---

**PARANAÍBA**

---

**EDITAL Nº 023/2018**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS torna pública a instauração de IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva n.º 215, Jardim Santa Mônica.

IC - Inquérito Civil n.º 06.2018.00002403-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Paranaíba.

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente de depósito de lixo às margens do Rio Santana.

Paranaíba, 13 de agosto de 2018.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça.

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**BRASILÂNDIA**

---

**EDITAL Nº 01/2018**

Nº 06.2018.00002483-0

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro – Brasilândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002483-0

Requerente: "Parte Sigilosa"

Requerido: Município de Brasilândia, e Associação Recreativa União

Assunto: Apurar eventual irregularidades e/ou ilegalidade na doação/patrocínio no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) destinados à realização de eventos a ser promovido pela Associação Recreativa União.

Brasilândia-MS, 17 de agosto de 2018

PAULO HENRIQUE MENDONÇA DE FREITAS

Promotor de Justiça